

DESTERRITORIALIZAÇÃO: a ótica cultural do processo de modernização da agricultura em Goiás

Júlio César Pereira Borges

Professor do Departamento de Geografia da UEG - Unidade Iporá; Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns (GO); Mestrando em Geografia pelo IESA/UFG

Manuel Calaça

Professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/UFG

Resumo: O estudo da modernização da agricultura em Goiás, sob a ótica da questão cultural, busca fazer uma discussão sobre as transformações nos modos de vida dos grupos sociais envolvidos neste processo. A compreensão de tais transformações permite a apreensão do território, no momento em que nos revela a sua reorganização espacial que expressa a dinâmica da relação homem/natureza e homem/homem, ou seja, das relações sociais de produção, criando formas, símbolos e significados que representam seu gênero de vida. O que pode conduzir à compreensão dos fatos culturais é justamente a possibilidade de mergulharmos neste mundo de significações, de participações de sua dinâmica. Neste sentido, far-se-á uma análise sobre a desterritorialização do sertanejo goiano em decorrência da modernização da agricultura, processo que está envolto em significados que se expressam na simbologia estética da paisagem de um território, no ato de sua refuncionalização, assim como na psique do indivíduo ou grupo social envolvido nesta processualidade. Diante desta idéia, o território aparece como o lugar, espaço físico e social, do domínio dos modos de vida que, ao sofrerem mudanças apresentam situações propícias ao movimento migratório e, conseqüentemente, acarreta a perda da identidade do lugar e do sujeito. De acordo com Guattari (1987, p.323), "O território pode tanto ser relativo a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa". No que diz respeito ao processo de desterritorialização promovida pela modernização da agricultura no Estado de Goiás, este se constitui na refuncionalização produtiva do território, promovendo deslocamento populacional no sentido campo/cidade e rupturas na vida cotidiana e temporal deste grupo social. Neste contexto o sertanejo desprovido de recursos financeiros, de formação educacional e excluído da cidade, passa a ocupar áreas periféricas e sem infraestrutura, além de se sujeitar ao subemprego. Em outras palavras, os sertanejos se constituem nos deserdados da modernização e sem direito à cidade. Diante deste fato a desterritorialização aparece de duas formas, que se dão interligadas: na primeira pelo caráter excludente do avanço tecnológico, no qual, o sertanejo excluído se vê fora do mercado de trabalho e do sistema de produção, sujeito a um novo modo de vida; no segundo se refere à desumanização do homem, em detrimento do virtual, no qual o ser humano perde sua preeminência.

1 A desterritorialização na Geografia.

Ao propor o estudo sobre a modernização da agricultura em Goiás sob a ótica da questão cultural, pretende-se aqui, fazer uma discussão sobre as transformações no modo de vida do indivíduo e do grupo social envolvidos neste processo. Para tal, teremos como direcionadores os pressupostos da Geografia Cultural. Segundo Claval (1997).

Aproximar-se da geografia cultural é antes de mais nada, captar a idéia, que temos do ambiente próximo, do país, do mundo. É se interrogar em seguida sobre a maneira como as representações são construídas, sobre o papel no modelamento do real e sobre sua permanência, sua fragilidade e as reações que provocam.

A Geografia Cultural ganha ênfase a partir da década de 1980, com o movimento de revalorização de idéia de cultura no domínio acadêmico da ciência geográfica, a qual aparece como portadora de elementos fundadores de uma nova perspectiva epistemológica (GOMES, op.cit., p. 31). Neste contexto, ocorre um rompimento com modelos de ciências baseadas na lógica geral e dedutiva, assim como com o totalismo positivista e marxista, se apoiando na teoria da complexidade, colocando em evidencia autores como Edgar Morin.

Da crescente consciência sobre a necessidade de relativizar, de contextualizar, de compreender os fatos sociais em lugar de querer explicá-los, de absolutizá-los, tornando-os gerais e uniformes, ou de objetivá-los, tomando deles apenas suas características comuns e regulares. (GOMES, ibidem)

A compreensão da cultura de um individuo ou grupo social, se torna importante e se revela imprescindível na apreensão do território, no momento em que esta nos revela a sua organização espacial, pois a mesma é resultado da relação homem/natureza e homem/homem, ou seja, das relações de produção, criando formas, símbolos e significados que representa seu gênero de vida. Tal imaterialidade do elemento cultural não prescinde da materialidade do mundo, todavia, permite dar mais atenção ao campo das representações sócio-culturais, pois, admite que cultura:

(...) é definida como um domínio próprio do mundo humano, um mundo de significações, de valores, um mundo de referencias, que nasce da comunicação e de um universo de símbolos... o que pode conduzir à compreensão dos fatos culturais é justamente a possibilidade de mergulharmos neste mundo de significações, de participações de sua dinâmica. (GOMES, p. 32).

Neste sentido que se propõe fazer uma análise sobre a desterritorialização do sertanejo goiano que, em virtude da modernização da agricultura, passa por um conjunto de mudanças que alteram significativamente o seu modo de vida.

2 Investigando o território e a desterritorialização.

Ao se aventurar em uma discussão sobre o termo *desterritorialização*, se faz necessário uma melhor clareza, face à sua grande complexidade, pois não se trata como afirma Haesbaert (2004, p.143), simplesmente da outra metade da dinâmica da territorialização. Na verdade o termo *desterritorialização* é envolto de significados, que se expressam na simbologia estética da paisagem de um território, no ato de sua refuncionalização, assim como na *psique* do indivíduo ou grupo social envolvido neste processo.

O discurso sobre a desterritorialização efetivamente tomou vulto a partir da década de 1990, tendo em vista, segundo alguns autores, a expressividade das condições da pós-modernidade, já que para estes, o *Pós-modernismo* inaugura uma nova estrutura de mundo, baseada na mobilidade espacial, dada pelo domínio tecnológico e movimentação populacional, pondo fim aos antigos laços da sociedade com o espaço e gerando um "descentramento do indivíduo com a comunidade bem delimitada" (HAESBEART 2004, p.145). Neste contexto, o processo de desterritorialização é entendido como transições demográfica e cultural inerente a refuncionalização territorial, que incluem as diferenças e mudanças para um grupo social, que são acarretadas na passagem de um território a outro.

A influência da pós-modernidade, no discurso da desterritorialização, se caracteriza pela fragmentação, complexidade, e por uma nova ordem social, teleguiada pelo advento tecno-ciêntífico, promovendo uma recriação da cultura. Neste sentido, os meios de análise clássicos já não são suficientes para a abordagem desta complexa realidade.

A relação objetiva entre sujeito e objeto já foi invalidada pelas colocações da física quântica. As teorias a respeito do evolucionismo cultural já caíram por terra. Novos paradigmas surgem em quase unanimidade abrangendo as diversas ciências e, cada vez mais, o próprio conceito de ciência abrange saberes múltiplos. Neste contexto surge, já a partir dos anos 60, uma corrente de pensamento revalorizando o imaginário que, por séculos tinha sido desprezado pela cultura ocidental. Nas ciências ditas humanas, além de Gilbert Durand, "pai" das Estruturas Antropológicas do Imaginário, encontram-se autores como Edgard Morin, trabalhando o conceito de complexidade, Abraham Moles, trazendo a noção de flou caracterizando o fenômeno social, Michel Maffessoli mostrando o novo espaço delimitado pelas novas tribos com a noção de localismo afetual, Jean Baudrillard pondo em destaque a dimensão do simulacro característica da vivência atual, entre outros. (NOGUEIRA e PITTA, 2001, p.)

Diante da idéia já expressa de desterritorialização, o território aparece como o lugar, espaço físico e social, do domínio dos modos de vida que, ao sofrerem mudanças apresentam situações propícias ao movimento migratório, e conseqüentemente, acarretam na perda da identidade do lugar e do sujeito. Estas mudanças são promovidas por uma conjuntura,

na qual o estado aparece como regente do território, redefinindo e reorientando o uso do mesmo. De acordo com Raffestin (1993, p.15):

Do estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. De fato o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações.

No âmbito da Psicologia Social, o significado de território ultrapassa os limites da configuração de sua paisagem, caminhando em direção a uma territorialidade subjetiva, na qual o espaço vivido dos indivíduos é resultado da relação homem-natureza e homem-homem, da qual originam suas representações, suas significações, sua cultura que se caracteriza na identidade do território. Desta forma, "O território pode tanto ser relativo a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa". (GUATARI, 1986, p. 323).

O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais e estéticos, cognitivos. (idem)

Neste sentido, o ato de desterritorialização também ocorre subjetivamente, pois ao desterritorializar-se, o indivíduo perde o referencial, através da desarticulação cultural, levando-o a perda de sua identidade. A este processo de desterritorialização a espécie humana esta mergulhada intensamente, tendo em vista que seus territórios originais se desfazem ininterruptamente, e na fase atual com grande velocidade. (Guatari,1986, p. 323)

A todo o momento o indivíduo se encontra em um processo de desterritorialização, isto em função da sua própria evolução, estabelecendo assim novas territorialidades, subjetivamente delimitando novas fronteiras, se reterritorializando. Neste sentido Guatarri (*ibidem*, p. 323) afirma que "a reterritorialização consiste numa tentativa de recomposição de um território engajado em um processo desterritorializante".

Nas sociedades globalizadas, sob a égide da evolução tecnológica, ocorre o fenômeno do "desencaixe", entre espaço e tempo, que é definido por Giddens, (*apud* HAESBAERT, 2004, p. 157) como "O deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço". Neste contexto, de acordo com Haesbaert (*ibidem*, p. 158): "A desterritorialização é apenas uma face de uma

dinâmica conjunta de reterritorialização, o desencaixe espaço temporal representa uma das faces do processo de reencaixe, em novas bases histórico-geográficas".

Em outras palavras, o território é reorganizado para atender as exigências do momento histórico, rompendo com a organização anterior através do processo de desterritorialização, a reterritorialização é a adaptação a esta nova realidade, que acontece concomitantemente a desterritorialização. Neste à desterritorialização/reterritorialização a adaptação ao novo é envolvida por profundas transformações, tendo em vista que o modo de vida anterior é significativamente modificado, o que não implica numa absoluta perda de identidade do grupo ou indivíduo envolvido no processo¹. Como exemplo, podemos citar o caso do sertanejo goiano envolvido no processo de modernização da agricultura, que passou por mudanças e adaptações no seu modo de vida.

3 A Modernização da Agricultura em Goiás sob a Ótica da Desterritorialização.

O processo de desterritorialização promovido pela modernização da agricultura no Estado de Goiás, se constitui na refuncionalização produtiva do território, promovendo deslocamentos populacional no sentido campo/cidade e rupturas na vida cotidiana e temporal de um grupo social, "os povos cerradeiros".²

Estudiosos do processo de modernização do território goiano, tais como: Chaveiro (2001), Estevam (2004), Borges (2002), Chaul (2004), Arrais (2004), Mendonça (2004), dentre outros, consideram que o processo de modernização é resultado da territorialização do capitalista nacional e internacional no Brasil, atingindo diretamente o interior do país. Neste contexto, é identificado o papel da dinâmica capitalista na transformação do território goiano, onde se percebe que o processo inevitável da apropriação capitalista sobre os espaços de produção agrícola de Goiás não é um fenômeno isolado e independente das transformações globais da sociedade moderna, ou seja, o território goiano se encaixa nos moldes da lógica global e capitalista de produção.

¹ Para Stuart Hall, autor que tem se posicionado ao lado da virada pós-moderna, a identidade não se define, em última instância, unicamente pela classe social a qual pertence o indivíduo. Segundo o mesmo, a identidade é fruto de uma espécie de jogo, onde o indivíduo se posiciona e assume posições diversas dentro da "partida social" que disputa, ou seja, a tradicional idéia de submissão total do sujeito diante do poder aniquilador econômico-político, estaria sendo substituída pela atual idéia de identidade como uma mutante "força plástica", onde o eu não é idêntico a si mesmo, mas, pelo contrário a do indivíduo fragmentado que se (re)constrói através dos discursos, das suas práticas e de suas posições assumidas no "jogo", o que, necessariamente, supõe graus de escolha e autonomia.

² Expressão utilizada pelo Prof. Dr. Marcelo Mendonça em sua tese de doutorado intitulada a Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano.

Os discursos que justificavam a expansão capitalista eram carregados de chavões como “progresso da região”, “desenvolvimento econômico”, “integração nacional”, “avanço social”. O Poder Estatal era convocado a eliminar os “entraves do progresso regional”, nesse momento a eliminação de aspectos culturais profundos da formação territorial do país e de Goiás, era lançada nas mãos do governo como tarefa a ser cumprida. De acordo com Estevam (2004, p. 11).

Argumentos de ordem espacial apontaram para o isolamento geográfico do Estado, para sua insuficiência populacional e para a carência de vias de comunicações inter-regionais. Na dimensão econômica, o latifúndio, a pecuária extensiva e a débil produção agrícola comercial foram identificados enquanto entraves ao dinamismo da região. No aspecto político algumas pesquisas constataram – em determinados eventos históricos – “descaso” de autoridades governamentais para o progresso da região. Mesmo no aspecto sócio-cultural pesquisadores realçaram certo “desapego” ao trabalho, lamúria e preferência pela ociosidade por parte do homem goiano, desalentado e distanciado do progresso.

Por mais que a modernização do território goiano seja “uma modernização conservadora” e isso se justifica no aspecto da estrutura latifundiária existente desde a formação territorial de Goiás até os dias atuais, que, mesmo sendo considerada um entrave para o “progresso do país” e criticada pelo capital internacional, ainda permanece, ela provocou mudanças impactantes na nova divisão regional do trabalho e no superestrutural, mais precisamente, nos aspectos culturais e ideológicos.

Antes das transformações concretas responsáveis pela nova configuração do território goiano, foram necessárias mudanças no pensamento sobre o sistema produtivo de Goiás e sobre sua posição geográfica. Avançar a agricultura e aumentar o contingente populacional de uma região “predominantemente pecuária” e “isolada do resto do país” exigiram dos governantes investimentos em campanhas de incentivo à agricultura e ao povoamento de Goiás, para tanto, tinham que inverter o pensamento que os brasileiros tinham sobre o isolamento do sertão goiano e convencer os pecuaristas sobre as vantagens comerciais proporcionadas pela agricultura. A primeira intervenção do Estado nesse sentido é ideológica. De acordo com Santos, (2004, p. 21):

Vivemos numa época em que o superestrutural se adianta ao estrutural, não somente para preparar o seu advento como também para determinar-lhe os contornos. Os papéis do Estado e da ideologia, no nível nacional e principalmente no nível internacional, são fundamentais para a definição da totalidade do aparelho produtor.

A inserção da ideologia desenvolvimentista do estado dá início a desterritorialização subjetiva³, mesmo antes da consolidação do processo de modernização, estratégia do avanço do capital, que altera o território em sua totalidade. Sobre esta atuação, Mészáros (2004, p. 16), afirma:

O sistema do capital em si não é apenas a reunião de um conjunto de entidades materiais, organizadas e, sempre que as condições o exijam, reorganizadas com sucesso numa ordem adequada pelos recursos combinados da “racionalidade instrumental” e da “ética protestante do trabalho”, como é geral e erroneamente entendido. Pelo contrário, é um sistema orgânico de reprodução sociometabólica, dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos, que subordina a si – para o melhor e para o pior, conforme as alterações das circunstâncias históricas – todas as áreas da atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados.

A modernização da agricultura no território goiano se deu de forma excludente e concentradora, transformando o mapa agrário da região através da concentração de terras, que se deu com a incorporação de pequenas e medias propriedades aos latifúndios. Diante deste quadro, aliado a maquinificação da produção, os pequenos e médios proprietários, foram expropriados, ou seja, desterritorializados do seu modo de vida anterior. De acordo com Silva (2001, p. 2):

A modernização da agricultura no território goiano desencadeou um desenvolvimento desigual e contraditório no cerrado, processo dialético, resultante das novas relações estabelecidas entre homem x natureza e homem x homem para territorializar-se, se fez em detrimento à exclusão de uma parcela da população, isto é da desterritorialização do camponês e da ascensão dos grandes produtores.

A desterritorialização sertaneja resultou em um intenso movimento migratório, no sentido campo/cidade, o que desencadeou um crescimento urbano acelerado e em consequência uma urbanização desordenada. Neste contexto o sertanejo desprovido de recursos financeiros e de formação educacional é excluído da cidade, ocupando as áreas periféricas e sem infra-estrutura, além de se sujeitarem aos subempregos, devido à falta de qualificação profissional, exigida pela economia urbana. Em outras palavras, os sertanejos se constituem nos deserdados da modernização, que também não tem “direito a cidade”.

³ Expressão utilizada por Felix Guatari ao definir a perda cultural de um indivíduo ou grupo social no processo de mutação territorial.

Outro fator comum ao processo de modernização da agricultura em Goiás foi o movimento migratório, rumo a outras regiões, ou seja, em direção as novas fronteiras de expansão. Este fato é explicado pela situação dos médios produtores, que não se enquadraram ao processo modernizador, porém tiveram suas terras valorizadas pelo mesmo. Neste caso, os produtores venderam suas propriedades e adquirindo outras em regiões onde o valor da terra era baixo, como no caso do norte de Mato Grosso e Pará, ocorrendo uma transição de médio produtor agrícola a latifundiário pecuarista. Neste contexto o processo de desterritorialização é abrandado pela reterritorialização bem sucedida, pode-se dizer estes produtores não se constituem em deserdados da modernização, mesmo porque, estão inseridos no processo de avanço do modo de produção do capital.

Este fato é justificado pela seguinte forma: Enquanto produtor, antes da modernização, o sistema de produção era pré-capitalista, com o uso de mão-de-obra familiar, sistema de parceria, mutirão dentre outros; no momento em que se torna pecuarista o sistema de produção passa a ser capitalista, a família reside na cidade (com direito à mesma), e a produção do latifúndio se dá pelo sistema de mão-de-obra assalariada, característica do sistema capitalista de produção. Neste sentido, ao se discutir o processo desterritorializador da modernização da agricultura, deve-se destacar a sua complexidade, que é negligenciada pela grande maioria dos trabalhos sobre o assunto, dotados de uma visão totalizante, o que não condiz com a realidade.

Tomando como base uma visão pós-modernista da modernização da agricultura, pode-se dizer que esta, com o advento da tecnologia criam o que Lencione (2003, p. 176) denomina de uma "segunda natureza de relações" alterando a relação espaço-tempo. No caso da agricultura este fato é percebido pelo processo de maquinificação da produção, no avanço da genética que através da hibridez altera a natureza das plantas e animais, diminuindo o tempo da germinação, da colheita, em outras palavras, alterando a natureza da natureza.

Neste contexto a desterritorialização aparece de duas formas interdependentes: na primeira pelo caráter excludente do avanço tecnológico, no qual aqueles que não têm acesso ao mesmo se vêem fora do mercado de trabalho e do sistema de produção, sendo obrigados a abandonar o seu estilo de vida em nome de sua sobrevivência; no segundo se refere a desumanização do homem em detrimento do virtual, no qual o ser humano perde sua preeminência. De acordo com Lencione (2003, p.176 e 177):

A aproximação virtual sobrepõe-se á antiga sociabilidade e se constrói uma segunda natureza de relações que, mediatizada pela eletrônica, aproxima os lugares e os homens, quebrando o isolamento territorial entre eles. Porém, aprofunda-se uma dupla contraface: Uma relativa ao alijamento daqueles que

não participam diretamente dessas relações, fazendo-os impiedosamente, crer no seu anacronismo. Outra decorre do fato de que essa mediação técnica pode conduzir a uma maior desumanização do homem, em decorrência de o ser humano estar perdendo sua preeminência.

No universo da segunda natureza é modificado o modo de pensar e de perceber o espaço, diante de um ritmo alucinante de expansão das representações que invadem o cotidiano do ser humano. Estas representações ganham autonomia e passam a ser capitadas desvinculadas de seus significados se sobrepondo ao que representam. (Lencione, *Ibidem*, p. 177). Neste sentido pode-se dizer que o avanço tecnológico no campo alterou significativamente o modo de vida e a própria personalidade do sertanejo, que ludibriado pelas representações desenvolvimentistas, em sua grande maioria não percebem suas perdas. Ao não se identificarem no então modelo de produção, não se conscientizam que no ato do seu planejamento, já estavam externos a ele. O mais grave: não tem idéia do colapso de sua identidade provocado pela sua fragmentação cultural, arrancando os bens mais preciosos de sua condição sertaneja, sua dignidade de produzir e sua honra de promover o sustento da família. De herança deixou ao mesmo a vergonha do lugar a ele reservado pelo processo modernizador, o lado de fora.

Assim, urdimos, pois defender a inserção do sertanejo no sistema de produção agrário, através de mecanismos assentes à reforma agrária, apesar de compreendermos que a famosa “volta ao campo”, tão propalada, esmerada e vaticinada pelos intelectuais, partidos políticos e, principalmente, pelos movimentos sociais do campo, não implica em reconquista da “identidade perdida”, tampouco na assunção do homem do campo a uma condição humanamente superior, mas, a uma situação complexa, que, mesmo que venha implicar num provisório alcance ou recuperação da dignidade material e simbólica do camponês, não resulta na solução de todos os males, pois, como nos assegurou Santos “(...)acho um negócio horrível condenar um sujeito a morar no campo. É a maior perversidade que pode existir.”, pois “(...)o fundamental são as pessoas, e suas necessidades e direitos e não onde elas estão.” Com certeza, Santos acerta ao concluir que “o fundamental são as pessoas”, acertando também, com esta tese, um firme golpe nos ingênuos intelectuais e numa certa militância política que vêem na reforma agrária a panacéia para todos os problemas que afligem sem-terras e demais segmentos de explorados e despossuídos que transbordam nas grandes cidades, mas, ao nosso ver, exagera, pra não dizer erra, ao diagnosticar que tal processo sócio-político (a reforma agrária) seja “a maior perversidade que pode existir”. Preferimos acreditar que existam uma infinidade de outras condições que são muito mais perversas, em termos humanos, existenciais e materiais, do que a inferida por Santos, ademais, considerando alguns conteúdos programáticos de determinados

movimentos sociais, tais como os do próprio MST, enxergamos, pelo contrário, um combate a anterior (e atual!) condição de perversidade que estruturalmente condena o homem do campo e das cidades brasileiras a uma vida totalmente destituída de qualquer perspectiva.

O que corrobora nosso posicionamento é o modelo de reforma agrária brasileira, que condiciona o deserdado da terra, a interesses vinculados ao grande capital, com a supervalorização das terras de grandes latifundiários, e com a sujeição do assentado a normas do mesmo. Neste sentido concordamos com Oliveira (1986, p. 56), ao afirmar que o modelo de reforma agrária tem que ser desvinculado do capital, não consiste em apenas doar terras e sim dar condições para que o assentado sobreviva dignamente dela.

IV Considerações Finais.

Os Estudos Sobre o espaço agrário nas ultimas décadas colocam como ênfase a modernização da agricultura, sendo ela o carro chefe das mudanças estruturais na renda fundiária e agrícola, inserindo o campo no capitalismo globalizado, o que acarretou num conjunto de transformações: nos meios de produção, na fecundação do solo, no tempo do plantio, na relação de trabalho, enfim no modo de vida da população envolvida no processo. A modernização da agricultura implanta uma segunda relação social, entre a sociedade do conhecimento e a sociedade do costume e das tradições sertaneja, estabelecendo um conflito entre saber popular e saber científico, em uma nova ordem de poder, na qual ascende o agrobusiness. Este por sua vez, se sustenta na exclusão camponesa e na utilização de evoluídos meios tecno-ciêntifico, da biogenética, dos sistemas virtuais, da maquinificação, meios responsáveis diretos pela desterritorialização do sertanejo.

Diante dos impactos, surge uma resistência camponesa ao modelo do agrobusiness, orientados por entidades e grupos intelectuais, organizações como MST, MAB dentre outros, tem conseguido importantes vitórias em direção a sustentabilidade, a segurança alimentar, ao coletivismo, a manutenção de seus costumes, tradição. Infelizmente a força do grande capital é maior, principalmente no que se refere à ideologia, que através das mídias desvirtua o verdadeiro significado de tais movimentos, colocando-os como desordeiros, o que concedido pela grande maioria da população, inclusive os que são beneficiados por esta luta.

Desta forma podemos afirmar que a modernização da agricultura em Goiás, promoveu uma desterritorialização excludente a grande maioria dos sertanejos, a partir do momento que estes são expropriados do seu modo de vida. Embora a luta seja árdua, nos parece

que a única forma de amenizar esta situação é o fortalecimento dos movimentos contrários ao modo de produção capitalista, na expectativa de uma luta entre David e Golias.

V REFERÊNCIAS.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia Contemporânea de Goiás. Goiânia:** ed. Vieira, 2004.

BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960.** Goiânia, ed.UFG,2000.

CASTRO, João Alves de. O Estado e a Apropriação do Território de Goiás. In: **O Espaço Goiano.** Goiânia, AGB.2004

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás, da construção da decadência da modernidade. Goiânia:** Editora da UCG, 1997.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. A Urbanização do Sertão Goiano e a Criação de Goiânia. In: **O Espaço Goiano.** Goiânia, AGB.2004.

ESTEVAM, Luis.**O Tempo de Transformação.** Campinas Ed. Unicamp, 1997.

GUATARI, Felix. **Revolução Molecular: pulsações política do desejo.** São Paulo, Edusp, 1987.

GOMES, Paulo César da C. **IDENTIDADE E EXÍLIO: Fundamentos para a Compreensão da Cultura.** In ESPAÇO E REVISTA. N° 5, jan/jun de 1998. UFRJ/NEPEC.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: o fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro, ed Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença; a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo, Edusp. 2003.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano.** Tese de Doutorado em Geografia-Faculdade de Ciências e tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.SP, 2004.

MÈSZAROS, I. *Para Além do Capital:*rumo a uma teoria da transição. Tradução de P.C Castanheiras e S.Lessa. Campinas: Bomtempo, Unicamp, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura.** São Paulo: Ed. Ática, 1986.

RAFFESTIN, Claud. **A Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, Milton. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Paula Junqueira da. **Territorialidade e Desterritorialidade: assentamentos rurais e a reterritorialização do campesinato no espaço agrário do Cerrado Mineiro.** Artigo, IESA, 2001.